Jornal
BANCÁRIO
Sindicato dos Bancários e Financiários do Município do Rio de Janeiro
Ano XCIV 6 a 12/5/2025 - Nº 6417 - www.bancariosrio.org.br

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO RIO DE JANEIRO
CONTRAF CUT

FIM DA ESCALA 6X1

O 1º DE MAIO CONTINUA

Isenção do IR e redução da jornada viram campanha permanente

Fotos: Nando Neves

O Sindicato dos Bancários do Rio marcou presença no ato da Cinelândia

José Ferreira e Kátia Branco discursaram no palanque do ato do 1º de Maio, na Cinelândia. Os participantes defenderam também a redução da jornada de trabalho sem diminuição de salários

A CUT (Central Única dos Trabalhadores), CTB (Central das Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil) e demais centrais sindicais realizaram em Brasília, no dia 29 de abril, a Marcha da Classe Trabalhadora e em todo o país, na quinta-feira, o ato do 1º de Maio. O objetivo é pressionar, em campanha permanente, pela aprovação das pautas da classe Trabalhadora que tramitam no Congresso Nacional. No Rio, a manifestação do Dia do Trabalhador, organizada pelas centrais sindicais e movimentos sociais, ocorreu na Cinelândia.

O presidente do Sindicato do Rio José Ferreira falou de pautas prioritárias presentes nas mobilizações do movimento sindical.

"Estamos aqui em campanha pela redução da taxa de juros, que é uma luta de toda a classe trabalhadora. Nós bancários, defendemos também o fim da escala 6 X 1, mas também a redução da jornada para todo o conjunto da classe trabalhadora e o fim das metas abusivas no trabalho e de toda a forma de exploração. Viva a classe trabalhadora e o 1º de Maio", discursou o dirigente sindical, lembrando ser fundamental também, a aprovação do projeto do governo Lula de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$5 mil por mês e redução das alíquotas nos salários até R$7 mil.

O evento na Cinelândia contou com a presença de parlamentares, como Glauber Braga (Psol-RJ), que agradeceu a solidariedade dos trabalhadores e trabalhadoras à sua luta contra a cassação de seu mandato liderada pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira PP-AL) e defendeu em seu discurso, o fim da escala 6 X 1. Confira mais detalhes das manifestações em nosso site: ww.bancariosrio.org.br.

Isenção do IR: vem nessa campanha com a gente

- 30% da categoria bancária ficará isenta ou terá uma mordida menor do "leão" com aprovação do projeto do governo Lula no Congresso Nacional
- Cerca de 54,3 mil bancários e bancárias serão beneficiados com a proposta, sendo a maioria mulheres (54%).
- Só vai pagar mais, quem ganha mais: alíquota mínima de 2,5% a 10% de IR é para quem ganha mais de R$ 600 mil por ano, o equivalente a R$ 50 mil mensais até R$1,2 milhão anual ou mais, ou seja, apenas 141,4 mil brasileiros.

Veio de outro município para trabalhar no Rio ou mudou de banco?

Sindicalize-se de novo

Se você veio de outras cidades, transferido da Baixada Fluminense, Niterói e São Gonçalo, Região Serrana ou interior do estado por seu banco para trabalhar no Rio saiba que você não é associado ao nosso Sindicato do Rio automaticamente, sendo necessário se sindicalizar. É preciso fazer uma nova sindicalização. Para se associar, basta comparecer ao 22º andar da sede do Sindicato (Av. Presidente Vargas, 502, Centro), ou fazê-lo através do site (www.bancariosrio.org.br) ou ainda preenchendo a ficha de filiação levada pelo diretor da sua área ou funcionário entregador do Jornal Bancário.

METAS E PRESSÃO PSICOLÓGICA

Dia Nacional do Combate ao Assédio Moral: sindicatos cobram fim da prática nos bancos

Problema faz da categoria bancária uma das mais afetadas por doenças mentais adquiridas no trabalho, devido a imposição de metas desumanas

Foto: Divulgação

Os números oficiais de adoecimento no trabalho desmentem os bancos, que se negam a relacionar o assédio moral e as metas como causas do aumento de bancários afastados por problemas de saúde de caráter mental

Foi celebrado na sexta-feira, 2 de maio, o Dia Nacional de Combate ao Assédio Moral. A data é de grande relevância para a categoria bancária, uma das mais atingidas por esta prática - segundo dados do próprio Tribunal Superior do Trabalho (TST) - que adoece um número cada vez maior de trabalhadores e trabalhadoras, em função da imposição de metas desumanas.

Não por acaso cresce em todo o país o número de funcionários de bancos afastados do trabalho por causa de doenças mentais. Em relação às doenças mentais e comportamentais, em 2022, a categoria bancária foi responsável por 25% dos afastamentos acidentários e 4,3% dos afastamentos previdenciários. Mesmo com os números oficiais comprovando o problema, os banqueiros continuam negando que o adoecimento mental tenha relação com a gestão dos bancos. O incentivo da competição individual nos bancos contribui para a humilhação e constrangimento impostos ao trabalhador.

"O nosso papel é múltiplo, sendo o primeiro o despertar da consciência sobre a relevância do tema, tornando possível que cada bancário e bancária compreenda as diversas formas e também consequências dessa violência psicológica nos locais de trabalho que podem levar a um grave adoecimento. Por isso, incentivamos que o trabalhador faça a denúncia, além de estimularmos ações efetivas de prevenção por parte dos bancos", disse o presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro José Ferreira.

O tema continuará sendo uma das prioridades na campanha nacional da categoria deste ano.

"Além dos efeitos imediatos causados por situações de violência desse tipo, o assédio moral no trabalho pode desencadear transtornos mentais graves, como Síndrome de Burnout e do pânico, estresse e depressão entre outros problemas graves de saúde. Por isso, vamos continuar denunciando esta prática nos bancos e exigir o fim de toda a forma de pressão psicológica no trabalho", destacou o diretor da Secretaria de Saúde do Sindicato, Edelson Figueiredo.

O que configura o assédio: denuncie

- Abuso psicológico e pressão psicológica
- Desvalorização do trabalho: para a chefia nunca está bom o que você faz
- Humilhação, constrangimentos e exposição que ferem a integridade ou dignidade do trabalhador.
- Intimidação, como ameaças de descomissionamento ou de demissão
- Isolamento: o trabalhador é colocado em local sem contato com colegas

Procure ajuda do Sindicato

Curso Paizão Bancário

Ainda dá para você se inscrever para o curso Paternidade Responsável cujas aulas serão virtuais, no dia 14 de maio (quarta-feira), a partir das 18h.

Inscrições e informações pelos telefones 2103-4170 ou pelo e-mail cursopaternidade@bancariosrio.org.br. Para fazer a inscrição são necessários os seguintes dados: nome completo, banco e agência, data prevista para o nascimento do bebê, telefone, e-mail e número da matrícula sindical

40º Conecef já tem data definida: 21 e 22/8

O 40º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef) já tem data definida: será nos dias 21 e 22 de agosto (quinta e sexta-feira) deste ano, em São Paulo (SP).

A decisão foi tomada pelo Comando Nacional dos Bancários e pela Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, em reunião realizada, em Brasília (DF), na quarta-feira, 30 de abril.

Ficou definido também que os debates no 40º Conecef serão feitos por quatro grupos temáticos. Os eixos propostos são Saúde Caixa, condições de trabalho e futuro da carreira, Funcef e defesa da Caixa.

O evento vai reunir delegados e delegadas de todo o Brasil, entre empregados da ativa e aposentados.

Congressos estaduais

Os congressos ou fóruns estaduais que vão definir as propostas para o 40º Conecef ainda serão definidas pelo Comando Nacional, com assessoria da CEE/Caixa. Também, em breve, haverá a definição sobre os critérios de participação de delegados.

Confira em nosso site mais detalhes e a programação do 40º Conecef: www.bancariosrio.org.br.

Prorrogadas mudanças do programa Teia – Atendendo a uma reivindicação da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) e do Comando Nacional dos Bancários, a Caixa informou à Contraf-CUT, na sexta-feira (2), que vai prorrogar para o dia 30 de maio a definição sobre a implementação de mudanças no programa Transformação, Engajamento, Inovação e Aprendizado (Teia), criado para conduzir a Caixa à transformação digital. Mais detalhes em nosso site.

BancáRio **Presidente:** José Ferreira Pinto – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre -** R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa (**imprensa@bancariosrio.org.br) **–** Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) **- Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ **- Redator:** Carlos Vasconcellos - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.:2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – *Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita* - **Tiragem: 11.000**

ITAÚ

Negociação sobre PCR teve avanços e proposta será avaliada pelos funcionários

Banco oferece reajuste de 6,25% e ROE de 22,1, o que é considerado insuficiente pela COE, mas houve melhorias em relação à proposta inicial

Foto: Nando Neves

Maria Izabel (D), diretora do Sindicato e representante da COE: "A proposta está longe do que nós apresentamos, mas a gente conseguiu melhorar na mesa de negociação"

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu na tarde da sexta-feira passada (25/4) com representantes do banco. Na pauta, a negociação do Programa Complementar de Resultados (PCR).

O banco apresentou uma proposta considerada insuficiente pelo movimento sindical: reajuste de apenas meio ponto percentual acima da inflação de março (IPCA de 5,20%), com um retorno sobre patrimônio líquido (ROE) estipulado em 23%. A COE considerou a proposta baixa o que, na prática, dificultaria o acesso à faixa mais alta do PCR pelos trabalhadores e rejeitou de imediato os termos iniciais apresentados pelo banco.

Nova proposta

Após um intervalo de 30 minutos solicitado pela direção do Itaú, o banco retornou à mesa com nova proposta: reajuste de 6,25% (inflação de março mais 1%) e ROE de 22,1%. A Primeira faixa (ROE até 22,1): R$ 3.908,05 e a Segunda faixa (ROE acima de 22,1): R$ 4.096,42

O banco também apresentou uma alternativa: aplicar o reajuste da categoria, negociado para setembro, no valor da PCR pelos próximos dois anos, mantendo o ROE em 22,1. Em ambas as propostas, o reajuste do segundo ano seguiria o índice definido para a categoria nas negociações da campanha salarial.

A diretora do Sindicato do Rio de Janeiro e representante da COE (Comissão de Organização dos Empregados), Maria Izabel, que participou da reunião, fez uma avaliação da proposta do banco.

"A proposta do Itaú está longe do que nós apresentamos que previa a recuperação das perdas que tivemos desde 2010 e levava em consideração a lucratividade estupenda que o banco vem tendo. No entanto, em relação ao que o banco apresentou inicialmente e que não valorizava em nada os trabalhadores mediante as metas absurdas, a gente conseguiu melhorar a proposta na mesa de negociação, que ainda é insuficiente, mas teve alguns avanços significativos", disse a diretora do Sindicato do Rio de Janeiro e representante da COE, Maria Izabel.

A proposta será avaliada pelos funcionários em nível nacional através de uma assembleia que, até o fechamento desta edição, ainda não tinha data definida.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Sindicato protocola denúncia ao BC e Procon contra Bradesco por negar atendimento à população

Dirigentes sindicais do Rio realizaram protesto em resposta a campanha do banco "Sacar pra que?", desta vez na Cidade Nova

Foto: Nando Neves

Os dirigentes sindicais distribuíram panfletos e dialogaram com a população de como proceder para denunciar o banco aos órgãos fiscalizadores a fim de garantir seus direitos de consumidores

O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro realizou mais um protesto contra o Bradesco na quarta-feira, 30 de abril, na agência Cidade Nova. O banco continua negando o acesso de clientes e usuários ao atendimento presencial e caixas eletrônicos. A medida, que fere o direito do consumidor, tem até campanha publicitária do Bradesco com o lema "Sacar Pra que"?

A entidade protocola esta semana no Banco Central e no Procon-RJ, uma denúncia em função do banco constranger a população para que não saque o seu próprio dinheiro ou faça depósitos nem na boca do caixa humano e nem nos postos eletrônicos, em número cada vez menores nas agências. O Sindicato repudia esta restrição à população.

"O Bradesco está impedindo as pessoas de sacar e depositar o seu próprio dinheiro, inclusive nos caixas eletrônicos. A única razão para isso é economizar dinheiro com carro forte. É um absurdo para uma empresa que lucrou só em 2024, R$ 19,6 bilhões. Além disso, banco é uma concessão pública. Por isso estamos realizando este protesto, exigindo respeito aos clientes e responsabilidade social das instituições financeiras", declarou o diretor do Sindicato e representante da COE (Comissão de Organização dos Empregados), Leuver Ludolff.

"Vamos continuar realizando os protestos nas agências, orientando os clientes e usuários a reivindicarem o seu direito de utilizar caixas eletrônicos ou mesmo ter o atendimento na boca do caixa", acrescentou o dirigente sindical.

Apoio da população

A atividade do movimento sindical contou com apoio total de clientes e usuários.

O Sindicato está orientando a população a denunciar o problema ao Procon pelo 151 e ao Banco Central (145).

"Além de lutar pelo direito da população ao atendimento nas agências, nossa campanha visa garantir os empregos dos bancários e bancárias. Os bancos querem tirar o cliente das unidades físicas para fechar mais agências e continuar a demitir funcionários", explica o diretor do Sindicato, Marcelo Rodrigues.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Falta de regulação do sistema financeiro traz riscos para a sociedade e o país

Debate na Alerj mostra que facilidades dadas pelo BC para criação de fintechs, cooperativas de crédito e plataformas digitais de pagamento aumentam risco de fraudes e de crise sistêmica que podem prejudicar a economia do país

Foto: Nando Neves

O debate na Audiência Pública na Alerj mostrou que os trabalhadores, a sociedade, o Congresso Nacional e Assembleias Legislativas precisam debater a regulação do sistema financeiro

A falta de uma regulação e fiscalização do sistema financeiro pelo Banco Central aumenta o número de fraudes, não dá nenhuma garantia e segurança do dinheiro depositado pela população em fintechs e plataformas de serviços financeiros e eleva a possibilidade de um risco sistêmico, como o que gerou a crise mundial de 2008, desencadeada por uma bolha imobiliária e concessão de empréstimos hipotecários de alto risco nos EUA.

Estas foram algumas das conclusões da audiência pública realizada na segunda-feira (5), na Alerj (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro). O evento foi uma iniciativa do deputado federal Reimont (PT-RJ) e contou com apoiou da deputada estadual petista Elika Takimoto, que viabilizou a casa legislativa para sediar o encontro, uma reivindicação do movimento sindical bancário.

Fintechs e cooperativas

O técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Gustavo Cavazans lembrou que, embora a tese inicial do BC de reduzir as exigências para a abertura de novas instituições financeiras, como fintechs, cooperativas de crédito e plataformas digitais de investimento tinha como objetivo atender demandas necessárias, como aumentar a concorrência para reduzir os juros, ofertar mais crédito e garantir mais acesso aos serviços e operações financeiras, na prática, a política de afrouxamento das exigências do BC não resolveu as questões como prometia e trouxe novos problemas para a sociedade e o país.

"Estas empresas ganharam espaço e algumas delas se transformaram em gigantes do setor, com ativos de R$30 bilhões a R$300 bilhões e já são de fato maiores que a maioria dos cerca de 170 bancos do país", explicou.

"As cooperativas de crédito, por exemplo, que em 2013 tinham 11% dos pontos de atendimento, hoje representam 28% enquanto que os bancos encolheram. A política do BC criou novas empresas. Em 2016 só havia uma fintech no Brasil. Em 2024 são 258 empresas e algumas delas são gigantes. Das 10 maiores empresas do setor, 4 são fintechs ou plataformas digitais", acrescentou o economista.

"Essas empresas entraram, cresceram, mas não ofereceram mais crédito. Elas oferecem mais o crédito do cartão, que possui juros de cerca de 400% ao ano. Estes novos atores não geraram um cenário de juros menores", afirmou Cavazans.

"É preciso reavaliar essa política do BC", completou.

Igreja cria banco

O professor Moisés da Silva Marques citou exemplos da desregulamentação no setor, a ponto de um pastor, André Valadão, da Igreja Batista da Lagoinha, ter criado uma instituição financeira voltada para o público evangélico, o Clava Forte Bank, administrado pelo religioso e sua esposa e também casos de fintechs criadas recentemente pelo crime organizado no Brasil.

"É preciso criar uma regulação do sistema financeiro", concluiu, alertando para os riscos sistêmicos. "Termino usando as palavras do Papa Francisco: o dinheiro deve servir, não governar", concluiu Moisés.

Sociedade e setor produtivo

O presidente do Sindicato do Rio José Ferreira disse que é importante trazer a sociedade para o debate sobre a importância da regulação e melhorias do sistema financeira. "Não é possível que os bancos continuem até a evitar o saque do cliente nas agências", criticou.

"Nós trabalhadores do ramo financeiro queremos trazer este debate para a sociedade. A taxa de juros, por exemplo, interessa ao setor empresarial produtivo e podemos trazer também estes setores para o debate", acrescentou.

Uberização do sistema

A presidenta da Federa-RJ, Adriana Nalesso, falou do trabalho precário dos "personal bank", PJs (Pessoas Jurídicas), e do risco maior de fraudes nestas empresas. "E quando vaza uma informação do cliente quem é que vai se responsabilizar? A maioria da população não tem conhecimento desses fatos", disse.

"O governo não ganha, a sociedade não ganha e os trabalhadores são precarizados. Temos que dar visibilidade a este debate que não diz respeito apenas à categoria bancária, mas à toda a sociedade", completou.

Concorrência desleal

A presidenta da Contraf-CUT e vice da CUT Nacional, Juvandia Moreira, lembrou que o Nubank, por exemplo, que tem 100 milhoes de clientes, não tem nenhuma agência.

"Se uma empresa como esta quebrar, quebra o sistema financeiro e a economia do país. Essa empresa tem 8 mil funcionários. Onde que este número de funcionários vai dar conta de 100 milhões de pessoas? Nunca, não dá conta. O Banco do Brasil tem 86 mil funcionários e 3.172 agências espalhadas pelo país e a Caixa também cerca de 86 mil empregados e 3.258 agências, para atender aos programas sociais do governo. A Caixa e o BB pagam 20% de contribuição social sobre o lucro líquido, o Itaú paga, o Bradesco e o Santander pagam e o Nubbank paga 9%", criticou a dirigente sindical, lembrando que o Santander tem feito uma transição tecnológica para também pagar menos salários aos trabalhadores e menos impostos ao governo.

"O sistema financeiro é uma concessão pública, tem que servir à sociedade", acrescentou, concluindo que o BC não dá conta de fiscalizar e que o Congresso Nacional precisa aprovar uma nova regulação do setor.

Para conferir o vídeo da audiência pública na íntegra, clique no link disponível em nosso site: www.bancariosrio.org.br.